

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 Panorama da Prova Pericial do DNA	21
2 Critérios Metodológicos da Investigação	24
Capítulo 1 – DNA E SUA EVOLUÇÃO	27
1.1 Breve histórico	27
1.2 Autenticidade do exame do DNA	31
Capítulo 2 – UTILIZAÇÃO DO DNA NO DIREITO COEVO ...	37
2.1 Ausência de regulamentação jurídica da prova crítica	37
2.2 Avaliação da recusa da parte em submeter-se ao exame do DNA	44
Capítulo 3 – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES E SUAS COLISÕES	55
3.1 Base principiológica	55
3.2 Colisões e similitudes	58
Capítulo 4 – ANÁLISE DO CRIME DE ESTUPRO E O DNA NO DIREITO PÁTRIO	67
4.1 Aplicação temática no atual direito brasileiro	67
4.2 Considerações alusivas ao direito da criança e do adolescente	76
Capítulo 5 – DNA COMO PROVA EMPRESTADA	83
5.1 Requisitos da prova emprestada	85
5.2 Natureza jurídica da prova emprestada	88
5.3 Prova emprestada e o princípio da proporcionalidade	89
CONCLUSÕES	95
REFERÊNCIAS	101
ANEXO	107
ÍNDICE ALFABÉTICO	123